

**ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO  
DE CANDIDATURAS**



**N.º 004/ADRITEM/10211/2020**

**PEQUENOS INVESTIMENTOS NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA**

**(Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, Portaria n.º 249/2016 de 15 de Setembro,  
Portaria n.º 238/2017, de 28 de julho, Portaria n.º 46/2018 de 12 de fevereiro,  
Portaria n.º 214/2018 de 18 de Julho, Portaria n.º 303/2018 de 26 de novembro,  
Portaria n.º 133/2019, de 9 de maio, Portaria n.º 250/2019, de 8 de agosto e Portaria  
n.º 338/2019, de 30 de setembro)**

A submissão de candidaturas é efetuada entre 12 de junho (17:00:00) e 31 de julho (16:59:59) de 2020 ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2. do PDR 2020, na tipologia referida na alínea a) do seu art.º 2.º.

Nos termos do artigo 52.º da Portaria supra mencionada, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

**1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS**

As candidaturas apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a. Promover a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores;
- b. Contribuir para o processo de modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.

**2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR**

A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos nas explorações agrícolas cujo custo total elegível, apurado em sede de análise, seja superior ou igual a 1 000 € e inferior ou igual a 40 000 EUR.



Não são admissíveis investimentos na instalação de culturas permanentes regadas em terrenos adjacentes a perímetros de rega de Aproveitamentos Hidroagrícolas, quando tenham origem de água a título precário, proveniente destes.

Não são admissíveis candidaturas para investimentos associados à instalação de novas áreas de plantação de olival na área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA).

### 3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL ADRITEM, a saber:

Concelho	Freguesias
Santa Maria da Feira	Milheirós de Poiares, Romariz; União das freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros; União das freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior e União das freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande
Oliveira de Azeméis	Carregosa; Cesar; Fajões; Loureiro; Macieira de Sarnes; Ossela; São Martinho da Gândara; Vila de Cucujães; União das freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; União das freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago da Riba-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madail; União das freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz
Gondomar	Lomba; União das freguesias de Foz do Sousa e Covelo; União das freguesias de Melres e Medas
Valongo	Valongo e União das freguesias de Campo e Sobrado

### 4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental total é de 50.000,00 EUR (despesa pública).

### 5. CANDIDATURAS ADMITIDAS

Durante a vigência temporal do presente anúncio, apenas se admite uma candidatura por beneficiário.

Às candidaturas apresentadas ao abrigo do presente Aviso são aplicáveis os princípios gerais previstos no art.º 60.º Cláusula de Evasão do Regulamento 1306/2013, que dispõe: “Sem prejuízo de disposições específicas, não é concedida qualquer vantagem ao abrigo da legislação agrícola setorial a pessoas singulares ou coletivas relativamente às quais se conclua terem sido

criadas artificialmente as condições requeridas para obter tais vantagens, contrariamente aos objetivos da referida legislação”.



## 6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições exigidas nos artigos 7.º, 8.º e 9.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual.

## 7. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E RESPECTIVOS FACTORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

As candidaturas que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstos nos artigos 7.º, 8.º e 9.º da Portaria supra identificada, são seleccionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

A metodologia de apuramento da Valia Global da Operação utilizada para a seleção e hierarquização dos pedidos de apoio assenta na aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{VGO} = 0,10 \text{ MFP} + 0,10 \text{ PUE} + 0,50 \text{ EDL} + 0,25 \text{ PD} + 0,05 \text{ AFJER}$$

### **MFP – A candidatura apresenta investimentos em melhoramentos fundiários ou plantações**

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem melhoramentos fundiários ou plantações na exploração.

### **PUE – A candidatura apresenta investimentos relacionados com proteção e utilização eficiente dos recursos.**

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem a proteção e ou melhoria na eficiência de utilização dos recursos nos termos da OTE n.º 25/2016.

Rubrica	Sub-rúbrica
Edifícios e outras construções	Investimentos associados ao cumprimento de novas normas ambientais, de higiene e de bem-estar animal
Máquinas	Máquinas para valorização de subprodutos
Equipamento geral	Equipamento para cumprimento de novas normas ambientais, de higiene e de bem-estar animal

	Equipamento para aplicação de fitofármacos, que garantam níveis elevados de segurança, eficiência e proteção ambiental (NP EN 12761)
	Equipamento para a utilização de energias renováveis
	Equipamento para valorização de subprodutos
	Sistema de controlo ambiental
Equipamento – Regadio	Equipamento de monitorização da quantidade e qualidade da água
Equipamento	Agricultura de precisão



**PD - Montante de pagamentos diretos recebidos pelo beneficiário, no ano anterior ao da candidatura.**

Atribuída em função do montante de pagamentos diretos recebido pelo beneficiário de acordo com três escalões:

- ≤5 000 – 20 pontos
- >5 000 e ≤15 000 – 10 pontos
- >15 000 – 0 pontos

**EDL – Contributo da candidatura para os objetivos da EDL.**

Pontuação atribuída em função do contributo da candidatura para os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Local.

A análise do critério EDL será efetuada através do cumprimento dos seguintes contributos para a prossecução dos objetivos da EDL:

Objetivo Estratégico 1- Criar emprego e reforçar a competitividade da economia local:

➤ **1- Contributo para a Criação de Valor na Gestão de Recursos e para a Estratégia Integrada de Desenvolvimento de Terras de Santa Maria.**

Candidaturas que integram atividades complementares de valorização dos recursos humanos (beneficiários ou trabalhadores da empresa beneficiária), técnicos, e/ou locais (incluindo produtos e território) enquadrados em projetos promovidos pela ADRITEM, ou em que a mesma é parceira/copromotora.

A saber:



-Atividades de valorização de competências dos beneficiários ou trabalhadores da empresa promotora – Projeto EMER-N (Declaração da entidade líder do projeto); Projeto Formação-Ação CAP Cultivar 2020 (beneficiários contratualizados ou indicados em candidatura); ROTA CRIATIVA (beneficiário inscrito no projeto).

-Atividades de Valorização da comercialização em circuito curto (Iniciativa PROVE, produtores registados na plataforma G-PROVE), Iniciativa PROVE + e ISCA relativos ao CLDS Direitos & Desafios 3G; Iniciativa Soberania Alimentar CLDS Projeto Time (declaração das entidades promotoras dos respetivos CLDS); Iniciativa HFA (produtores com a participação em pelo menos um mercado da aldeia HFA); iniciativa *Smart Farmer* (produtores registados na plataforma).

-Atividades de Valorização do Produto e Território: Promotores beneficiários de formações modulares certificadas na área do Marketing e Comercialização, nomeadamente no âmbito da iniciativa “Cá se Fazem, Cá se Compram” do Projeto Há Festa na Aldeia/ Aldeias de Portugal e/ou cujo investimento previsto esteja localizado em explorações agrícola(s) provenientes da Bolsa Nacional de Terras ou localizadas em Aldeias classificadas como Aldeias de Portugal. Promotor

A verificação deste contributo é realizada internamente pelo GAL através dos contratos que integram as candidaturas ou projetos ou solicitando as respetivas Declarações e Confirmações aos Parceiros do respetivo Projeto. Valoração de 5 pontos.

➤ **2-Contribuição para o desenvolvimento económico do território de intervenção**

Está legalmente constituído há menos de 3 anos. O investimento destina-se à criação de uma nova atividade agrícola ou pecuária, comprovado pela inscrição da nova CAE, na declaração de início de atividade, situação cadastral atual, IES ou Declaração de IRS. Valoração de 4 pontos

Objetivo Estratégico 2- Reforçar a competitividade da fileira agroalimentar:

➤ **3- Contributo para a aquisição de conhecimentos, partilha de informação e circuitos de comercialização-**

Pedido de apoio promovido por agricultores/produtores associados de cooperativas ou associações agrícolas/produtoras, sendo a verificação através de documento comprovativo de que é associado de uma cooperativa, associação agricultores ou outra organização representativa do sector. Valoração de 4 pontos.

➤ **4- Progressão na cadeia de valor da agricultura-** Produtor agrícola com atividade de transformação e/ou comercialização por circuito curto dos produtos agrícolas. A verificação será por registo do CAE do promotor e apresentação de evidências que o

modo de comercialização é em circuito curto (exemplos: venda on-line, loja própria, declaração emitida ou faturação de espaço em mercado local, listagem dos consumidores e-fatura etc.). Valoração de 4 pontos.



Objetivo Estratégico 3- Preservar e valorizar o Património Rural e Identitário do Território:

- **5- Contributo de projeto para a preservação e qualificação dos recursos naturais e da paisagem rural-** Produtor certificado em modo de produção reconhecida (BIO, PI ou GlobalGap) e/ou produtos com qualidade certificada (DOP, IGP). Sendo a verificação através de documento comprovativo da respetiva certificação. Valoração de 3 pontos.

**AFJER – Candidatura apresentada por pessoa singular ou coletiva reconhecida com o estatuto de agricultor familiar ou de jovem empresário rural.**

Atribuída em função do promotor ter submetido reconhecimento a um dos dois estatutos referidos, condicionado à sua aprovação.

Aos critérios de seleção MFP, PUE, AFJER e indicados será atribuída a pontuação de 20 ou 0, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção e uma pontuação entre 20 e 0 para o critério de seleção EDL.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios:

- 1º - Candidatura com maior pontuação na valia da EDL;
- 2º - Candidatura com maior valor de investimento em plantações;
- 3º - Candidatura com maior valor de investimento em edifícios e outras construções;
- 4º - Candidatura com maior pontuação no critério PD;
- 5º - Candidatura com maior valor elegível;
- 6º - Ordem de receção da candidatura no Sistema de informação.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.



## **8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS**

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável até ao limite de 25 000 EUR de apoio por beneficiário.

O nível de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível, apurado em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, em percentagem, é de 50%, conforme definido no Anexo II da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual.

O apoio concedido no âmbito de projetos de instalação da vinha, é concedido sob a forma de subsídio não reembolsável na modalidade de tabela normalizada de custos unitários de acordo com o definido no Anexo 4 da OTE 25/2016, versão 4 de 23/05/2019.

## **9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS**

Com exceção das despesas gerais referidas no n.º 3 do Anexo I da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual, apenas são elegíveis as despesas efetuadas após a data de submissão das candidaturas.

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do Anexo I da Portaria citada.

## **10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS**

As candidaturas são submetidas através de formulário eletrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt), do PDR2020 em [www.pdr-2020.pt](http://www.pdr-2020.pt) ou no sítio do GAL em [www.adritem.pt](http://www.adritem.pt) e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela entidade recetora.

## **11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

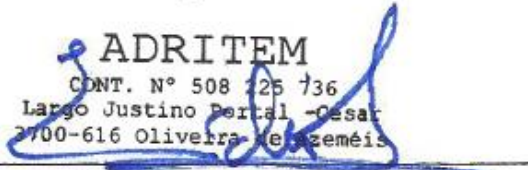
O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt), no portal PDR 2020 em [www.pdr-2020.pt](http://www.pdr-2020.pt) e no sítio

do GAL em [www.adritem.pt](http://www.adritem.pt), podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL ADRITEM através do endereço [adritem@adritem.pt](mailto:adritem@adritem.pt) ou pelo telefone 962 096 278 .

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

Cesar, 20 de maio de 2020

O Presidente do Órgão de Gestão do GAL ADRITEM

  
**ADRITEM**  
CONT. N.º 508 25 736  
Largo Justino Peralta - Cesar  
3700-616 Oliveira - Lezama  

---

**(Emídio Ferreira dos Santos Sousa)**